


Sexualidade(s) e juventude(s): tendências e desafios para o trabalho dos assistentes sociais

Guilherme Gomes Ferreira

Related papers

[Download a PDF Pack](#) of the best related papers 



[Dissertação Juventudes trans e Trabalho SilvanaMarinho](#)
Sil Marinho

["Aqui é uma casa masculina!": Juventude "trans" e socioeducação](#)
Fernanda Bittencourt Ribeiro

[Jovens negros na mira do Estado: violência policial na periferia de Salvador. \(ANAIS Jubra - 2017 COMP...](#)
Felipe Freitas



SEXUALIDADE(S) E JUVENTUDE(S): TENDÊNCIAS E DESAFIOS PARA O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS

Guilherme Gomes Ferreira¹
Giovane Antônio Scherer²
Beatriz Gershenson Aguiñsky³

Resumo: O tema das sexualidades juvenis, quando relacionado às políticas públicas e sociais brasileiras, comumente é pensado no campo da gravidez na adolescência e da prevenção às DST/Aids. A constituição, o contexto e o processo pelo qual os jovens produzem seus corpos, gêneros e desejos, no entanto, raramente são privilegiados por ações de governo, e aquelas que se estabelecem como políticas públicas são tratadas, em suma, a partir de um olhar heteronormativo e normalizador. O presente artigo busca, nesses aspectos, contribuir para a produção das pesquisas sociais qualitativas que questionam a norma da sexualidade dominante, por meio de uma revisão bibliográfica sobre o tema das juventudes e das sexualidades e relacionando com o trabalho do assistente social, capacitado que é para propor e executar as políticas públicas sociais.

Palavras-chave: Sexualidades, Gênero, Juventudes, Serviço Social.

Introdução

O objetivo desse trabalho é compreender quais são as respostas, em termos de políticas públicas sociais, que a sociedade vem dando à população jovem que constrói suas sexualidades e identidades de gênero distintas daquelas preconizadas pela sociedade como normal, tomando por base uma revisão de literatura sobre o tema. É importante ressaltar que tal análise, sob a leitura do paradigma dialético crítico, orienta-se pela perspectiva do ideário ético e político dos direitos humanos na tematização da população jovem de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) – compreendendo por juventude, de acordo com o Conselho Nacional de Juventudes (CONJUVE), a faixa etária compreendida entre 15 a 29 anos. Nesse debate, todavia, considera-se a necessidade de não reduzir a juventude apenas à dimensão etária, uma

¹ Autor. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, FSS/PUCRS. E-mail: guih@live.it.

² Co-autor. Professor da Faculdade de Serviço Social da PUCRS e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, FSS/PUCRS. E-mail: giovane.scherer@puers.br.

³ Orientadora. Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da PUCRS. E-mail: aguinsky@puers.br.

vez que tal conceito abrange uma série de elementos que definem a juventude enquanto uma construção social. Esteves e Abramovay (2009) referem que esta construção social da juventude se dá a partir da produção de uma determinada sociedade originada a partir das múltiplas formas como ela vê os jovens, produção na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, sexualidade, entre outros fatores.

Temos ainda, como foco principal, abordar o desafio persistente para os profissionais que atuam com juventudes que é o de contribuir para o enfrentamento das violências praticadas contra os sujeitos sociais individuais ou coletivos cujas experiências sociais subvertem a heteronormatividade prevalente na reprodução de relações sociais opressivas.

Que relações podemos estabelecer entre ser jovem, ser LGBT e ser vulnerável à violência? Que relações podemos estabelecer entre essa vulnerabilidade e o contexto socioeconômico mais amplo que vivemos hoje? E, tomando os direitos humanos como norte ético-político de reflexão, que respostas podemos propor às violências sofridas por esta população em termos de políticas públicas? Quais são as políticas públicas atualmente produzidas para a população jovem LGBT? As políticas públicas sociais são capazes de fazer o enfrentamento a essas violências, independente de quais sujeitos estejam envolvidos, ou elas também são atravessadas pelos mecanismos discriminatórios necessários no modo de produção capitalista vigente? E o assistente social, onde se inscreve nesse debate?

Nossa intenção em elaborar esses questionamentos é promover uma reflexão teórica acerca das juventudes, sexualidades (sobretudo afetas às identidades), gêneros e direitos humanos, entrelaçando esses determinantes com o trabalho e compromisso profissional do assistente social que atua com e nas políticas públicas e sociais.

Relações de poder e violência: o império da boa moral marcando desigualdades.

Os temas da diversidade sexual e da juventude assumem, no tempo presente, dois pontos distintos, porém convergentes, no debate em torno das condições de exposição às vulnerabilidades e a escassez de cidadania (SALES, 2004), produzidas pela miséria com que têm sido tratados os direitos humanos da população brasileira. Marcado por práticas de discriminação e de preconceito, o cenário contemporâneo é

arena de intensa violência cometida contra grupos socialmente discriminados, que se por um lado têm suas existências determinadas por uma desvalorização e consequente invisibilidade, por outro lado são colocados na vitrine de uma visibilidade perversa.

Com o adensamento das desigualdades sociais provocado pela exploração cada vez mais intensa da força de trabalho e, conseqüentemente, das condições de vida necessárias para o provimento da dignidade humana, os processos de violência e de violação dos direitos humanos balizados pelas assimetrias entre grupos sociais distintos ganham igualmente espaço nas relações perversas que adota a sociedade capitalista para manutenção de seu funcionamento.

Segundo Pocahy e Nardi (2007, p. 47),

A discussão da livre expressão da sexualidade como um direito de cidadania é particularmente relevante no caso brasileiro, pois as marcas da desigualdade social reforçam aquelas da discriminação ligada à orientação sexual e às performances de gênero.

As desigualdades existentes entre a população heterossexual e a população LGBT, nesse aspecto, não são, portanto, por acaso. São diferenças necessárias em uma sociedade capitalista e de inspiração neoliberal que coloca, por um lado, um grupo como opressor e produtor da ideologia dominante, e por outro, um grupo oprimido e controlado ante suas expressões sexuais e de gênero. Quando afirmamos que tais diferenças são necessárias, entendemos que elas são interdependentes e inter-relacionadas, mutuamente implicadas na sustentação e preservação das desigualdades sociais do nosso tempo.

Segundo Nascimento (2010, p. 74), há na atualidade uma “disputa por território por parte dos homofóbicos devido ao alargamento dos guetos”, através da qual se relacionaria o aumento da violência contra a população LGBT com o ganho de espaços e de visibilidade. Se adicionarmos o fator geracional ao debate da sexualidade – jovens, adultos e idosos LGBT, e aqui nos ateremos à juventude em consideração à problemática trabalhada – teremos um novo marcador social a ser levado em consideração no que se refere às expressões de violação dos direitos humanos presentes no cenário atual. Isso porque não só da violência física está sujeita a população jovem LGBT, como também esta é discriminada em diferentes espaços sociais em decorrência do gênero, da idade e da orientação sexual, determinantes sociais que não raramente são motes para as práticas de discriminação e preconceito.

Dados atuais do Grupo Gay da Bahia (GGB)⁴ mostram que houve em 2011 cerca de 282 ocorrências de violência motivada por discriminação e preconceito contra LGBT. Aponta ainda o relatório que o Sul e o Sudeste do Brasil lideram o ranking de casos, com 67%. Já com relação às juventudes, esse grupo etário lidera a taxa de homicídios no Brasil segundo Mapa da Violência 2012. De acordo com o documento,

Existe um bom número de estudos e um alto nível de consciência pública sobre a elevada concentração dos homicídios na população jovem do país, embora, pelos dados atuais, esse nível de consciência não tenha sido traduzido ainda em políticas de enfrentamento que consigam reverter o quadro atual. Pelo contrário, a vitimização juvenil no país continua crescendo, sendo claro indicador da insuficiência dessas políticas. (WAISELFISZ, 2011, p. 70).

Considerando que a sexualidade e a juventude, nesse sentido, são objetos de um processo equivalente de moralização que a sociedade capitalista apresenta na sua órbita opressora quando se reproduz preconceitos, é possível entender porque, ainda hoje, são aspectos da vida extremamente criminalizados e discriminados. Não será, portanto, por acaso o fato da homossexualidade ser penalizada em mais de 80 países no mundo (ILGA, 2012) e a juventude – principalmente a juventude pobre – ser considerada metáfora da violência (SALES, 2004) pelo estigma a que está envolta a infância e adolescência das classes trabalhadoras. Isso, no entanto, pode ser entendido como o produto de uma sociedade de caráter positivista, balizada por valores neoliberais e herdeira da moral judaico-cristã, que não permite a visibilidade desses grupos alijados de representação política e voz cidadã. Ao mesmo tempo, nossa sociedade os mantém nesse processo social como responsáveis por parte da existência da própria violência, apelando por respostas simplistas a fenômenos tão complexos.

Aí está mais um indicador da inter-relação imposta pelas ideologias capitalistas, na medida em que as identidades subalternizadas – nesse caso específico, os jovens LGBT – não são apenas discriminados pelo funcionamento do capitalismo contemporâneo, como também podemos entender esse fenômeno como um processo necessário para a própria sustentação deste modo de organização econômica e sócio-política.

⁴ O GGB, fundado em 1980, é a mais antiga organização brasileira de defesa dos direitos humanos de LGBT ainda em funcionamento. É responsável pela produção dos relatórios anuais de dados estatísticos relativos aos crimes de ódio praticados contra a população LGBT há exatos trinta anos, com base em informações coletadas na imprensa. De acordo com essas estatísticas, a cada trinta e seis horas um homossexual brasileiro é assassinado vítima de homofobia no Brasil. Segundo o site do grupo, “o Brasil confirma sua posição de campeão mundial de assassinatos de homossexuais: nos Estados Unidos, com 10 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 14 assassinatos de travestis em 2010, enquanto no Brasil, foram 110 homicídios. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos”. (MOTT et al, 2011).

A população jovem LGBT configura um dos grupos sociais mais frequentemente violados por diversas das instituições presentes no cenário atual – em ambientes escolares, judiciais, de segurança pública, administrativos, religiosos e familiares. Mas entender a profundidade e a motivação dessas violências específicas requer pensar sobre a situação de alijamento a que estão sujeitas determinadas sexualidades e está sujeita a própria juventude de um modo geral. Se olharmos a população LGBT como pessoas que, distantes de estarem excluídos do jogo social, são incluídos e participam dele de uma forma perversa já que são necessários para a manutenção do status quo de outros grupos socialmente apoiados⁵, entenderemos que o preconceito e a discriminação, em alguma medida, são também legitimados pelos próprios atores dessa sociedade, de modo que

a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos. Esse desenvolvimento manifesta-se, ainda, num radicalismo interpretativo ilusório e superficial que se recusa a reconhecer a competência integradora e até patologicamente includente, aliciadora, dos processos econômicos e do sistema econômico que se nutrem da exclusão. (MARTINS, 2003 apud COSTA, 2008, p. 14).

Por outro lado, se considerarmos o preconceito sofrido pela juventude de acordo com o imaginário social que produz significados sobre essa fase da vida e que adiciona ao jovem a incapacidade de escolha, de autodeterminação e de gerência sobre seu corpo e sua mente, será fácil perceber o quanto a violência praticada contra o jovem gay, a jovem lésbica ou o jovem transgênero pode parecer natural e passar impune.

Mione Sales (2004) ao discutir a experiência social do ato infracional praticado por adolescentes, analisa a exibição midiática a que estão expostas as vidas e trajetórias desses jovens como contra-modelos, “sendo eventualmente elevados à condição de espetáculo, quando suas ações expressam-se coletivamente, associadas à prática de violência, a revoltas e rebeliões” (SALES, 2004, p. 86, grifos da autora). O mesmo exemplo pode ser usado para questionarmos a visibilidade que a população jovem LGBT recebe nos meios de comunicação e nas diversas instâncias da esfera pública ao se tornarem manchetes de jornal sempre, ou na maioria das vezes, como autores de práticas de violência, devassidão, desordem, transgressão, balbúrdia e insubmissão. O olhar sobre esse jovem, assim, não é outro senão o vigilante, pois não só sua fase de vida pretensamente inexperiente e irresponsável é controlada como também sua sexualidade analisada como imoral, anormal e delituosa é objeto de vigília constante.

⁵ Quando se fala em alguém ou em algum grupo excluído, essa realidade deve sempre estar ligada à realidade do incluído, considerando então que um precisa do outro para se afirmar (GUARESCHI, 1992).

Essa visibilidade é, sobretudo, mantida pelo poder regulatório do Estado e se concretiza como um aparelho que regula todas as práticas presentes nas relações sociais, ficando assim a par das ações e do cotidiano dos jovens LGBT sustentando como pretexto o discurso da segurança pública e da moralidade. Por outro lado, torna esses mesmos sujeitos invisíveis quando se trata de atender suas necessidades humanas e demandas sociais através do provimento de políticas públicas inclusivas, afirmativas e produtoras de cidadania, na medida em que não oferece a esses jovens espaços seguros para produção de sociabilidade, ações de sensibilização do atendimento das diferentes políticas sociais, propostas de diálogos e desmistificação de preconceitos junto a familiares e amigos, etc. Distante disso, contribui para a reprodução e expansão de discriminações baseadas na religião (por meio de políticos declaradamente religiosos e no ensino religioso de escolas públicas) e no machismo/sexismo/patriarcado. Novamente apoiamo-nos em Sales (2004) para reconhecer aqui o espaço público – ou esfera pública – como ambiente central para a produção da (in)visibilidade social.

Sexualidades juvenis e políticas públicas: o que se fala e o que se cala pelos discursos oficiais

A sexualidade humana é um dos temas mais largamente debatidos enquanto objetos de disputa pública por diferentes setores da sociedade contemporânea, ganhando cada vez mais terreno nos meios de comunicação, no imaginário social e nas cenas políticas. Toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções investe e atravessa essas questões – aquilo que Michel Foucault caracterizou como dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 1988): a cultura, os discursos biologicistas, psico-médicos, jurídicos, antropológicos e também a área social, onde a orientação sexual e a identidade de gênero de uma pessoa divergente da aceita como natural aterrissa em cheio.

Mas não é só para o controle da sexualidade que várias instituições vinculadas a esses campos do saber como a religião, a família, a educação, a mídia, as condições de trabalho, as relações políticas, as formas de arte e as transmissões de costumes e línguas (CHAUÍ, 1980), existem enquanto aparelhos reprodutores de ideologia⁶: é, também, para demarcar lugares, relações de poder, de submissão e insubmissão.

⁶ Sobre isso, recorremos a Chauí (1980, p. 8-9) quando a autora afirma que “a história é o real e o real é o movimento incessante pelo qual os homens, em condições que nem sempre foram escolhidas por eles, instauram um modo de sociabilidade e procuram fixá-lo em instituições determinadas. [...] os homens

Assim como a sexualidade de um modo geral é controlada, a população jovem brasileira é também atingida por inúmeros aparelhos de controle que se inscrevem nos mais diversos âmbitos: sob o corpo jovem, na perda de autonomia, na subjetivação da sexualidade, nos espaços de trabalho que poderá ocupar, na convivência familiar, nas classes escolares, à favor de uma determinada conduta religiosa, etc. É um período da vida “marcado por restrições jurídicas e morais, além de negligenciado do ponto de vista das ações no campo da saúde pública (com exceção das intervenções de prevenção da gravidez)” (POCAHY e NARDI, 2007, p. 46).

Mesmo no campo da saúde, onde a sexualidade dos jovens é mais controlada em termos de restrições do que deve ou não ser ativado – e, portanto, se constitui como área profícua de políticas públicas –, o olhar do Estado frequentemente perpassa as políticas de prevenção da gravidez na adolescência e das doenças sexualmente transmissíveis (DST). Falar, por exemplo, de prevenção aos jovens LGBT na contemporaneidade se conforma como um dos principais desafios para as políticas públicas brasileiras de prevenção das DST/Aids, isto porque não são escassas as campanhas publicitárias, televisivas e de jornal/revista que falam sobre os riscos de se infectar pelo HIV, da necessidade de usar preservativo e das consequências de se colocar vulnerável às situações sexuais de risco. Mas em que medida e quais são os significados que os discursos presentes nessas campanhas produzem nos jovens que as leem? Será que elas falam sobre a realidade, ou compulsoriamente, produzem os ideais de relacionamentos sexuais onde poucos ou quase ninguém se encaixa, de acordo com um pressuposto moralizante e conservador do que venham a ser os processos de construção das sexualidades juvenis?

É nesse sentido, portanto, que Sales (2004, p. 40) afirmará a “infância e adolescência como uma das fases mais pungentes da questão social”, já que a juventude brasileira se apresenta como um dos segmentos populacionais mais vulnerabilizados pela atual conjuntura econômica, política, social e cultural do país. Tal vulnerabilidade

se evidencia pelas atuais expressões da questão social que afetam este segmento, quer pela falta de perspectivas de inserção no mundo do trabalho, quer pela ausência de políticas sociais de caráter universal que considerem as demandas por direitos da juventude em sua heterogenidade. De modo geral, os jovens passam despercebidos pelas estruturas do Estado, sendo muitas vezes excluídos por não corresponderem aos “padrões de

produzem ideias ou representações pelas quais procuram explicar e compreender sua própria vida individual, social, suas relações com a natureza e com o sobrenatural. Essas ideias ou representações, no entanto, tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia”.

comportamento” desejados pela sociedade, consolidando a negação do direito ao acesso de bens e serviços socialmente produzidos. Desta forma percebe-se uma (in)visibilidade juvenil, uma vez que as políticas públicas destinadas a esta população são seletivas e não absorvem todas as suas demandas. Faz-se necessário então, pensar Políticas Públicas que dêem conta desta demanda e que realmente possam materializar direitos em um contexto de violações (AGUINSKY et al, 2010, p. 2441).

Além disso, a forma que a juventude assume na contemporaneidade é muitas vezes tomada por preconceitos, já que, por ser compreendida como uma fase de vida de transição, o sujeito jovem nunca é, mas virá a ser, negando-se o presente (DAYRELL; GOMES, 2009). Também é reducionista o olhar sobre a juventude se a interpretamos como um problema, “ganhando visibilidade quando associada ao crescimento alarmante dos índices de violência, ao consumo e tráfico de drogas ou mesmo à expansão da AIDS e da gravidez precoce, entre outros” (DAYRELL; GOMES, 2009, p. 2). Especialmente nesses aspectos, é interessante perceber o que o imaginário social capta quando do cometimento de um ato infracional por um sujeito jovem: os contextos de violência, de desigualdade social, de escassez do acesso a bens e serviços ou de necessidade de poder de consumo raramente são desnudados, colocando o jovem na maioria das vezes como o único responsável e focalizando a vulnerabilidade no seu âmbito apenas individual. É comum ainda que qualquer atitude desses sujeitos jovens se estabeleça como intenções de subversão e de desordem.

Sexualidades juvenis no campo do Serviço Social: tendências e possibilidades de trabalho do assistente social

No momento em que a população LGBT busca resistir às diversas formas de violência que se metamorfoseiam em seu cotidiano, criando formas de enfrentamento a estas violações, surge a necessidade tanto de formulação das políticas públicas que deem conta desta realidade, quanto do engajamento de profissões que intervêm no âmbito social e buscam possibilitar o acesso aos direitos humanos. O Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, atua no âmbito das relações entre os sujeitos sociais e, entre eles, o Estado, desenvolvendo um conjunto de ações de caráter socioeducativo constitutivas do exercício profissional que incide na reprodução material e social da vida, com indivíduos, grupos, famílias, comunidades e movimentos sociais numa perspectiva de transformação social. Dessa forma, o assistente social possui em sua base legal o exercício da diversidade como manifestação

legítima da vida social e das relações sociais, buscando garantir o respeito aos direitos de todas as pessoas.

Esta profissão vincula-se a um projeto societário que luta pela emancipação humana na perspectiva de uma nova ordem social sem nenhuma forma de dominação, sendo que tal luta materializa-se através de um projeto profissional de cunho ético e político que norteia todos os profissionais ao exercício e respeito às diferenças em uma perspectiva emancipadora em todas as suas dimensões. Neste sentido, o projeto ético-político do Serviço Social é compreendido como uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos em torno de uma determinada valoração ética que está intimamente vinculada a determinados projetos societários presentes na sociedade e que se relacionam com os diversos projetos coletivos (profissionais ou não) em disputa na mesma sociedade (BRAZ, 2005).

Tal projeto ético-político tem materialidade através de um conjunto de componentes articulados, como valores, saberes e escolhas teóricas, práticas, ideológicas, políticas, éticas, pressupostos acerca de direitos e deveres, recursos político-organizativos, processos de debate, investigações e interlocuções críticas com o movimento da sociedade da qual a profissão é parte e expressão (YASBECK et. al, 2008). Neste sentido, o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, s/n) é explícito em seu 6º Princípio Fundamental onde defende o

Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

O Serviço Social como profissão orientada por um projeto ético-político fundado em valores emancipatórios e orientado pela justiça social, é requisitado a enfrentar as desigualdades sociais impostas pelo binarismo do gênero e pela heteronormatividade, pois é comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos e da diversidade, incidindo nos processos sociais e nas políticas públicas que convergem para a reivindicação de direitos humanos e nas formas de resistência ao status quo que mantém os padrões de sexualidade e gênero dominantes.

A eliminação de todas as formas de preconceito, nesses aspectos, é um grande paradoxo em uma sociedade com fortes raízes positivistas onde a heteronormatividade reina materializada desde as formas mais veladas até as mais visíveis de preconceito e discriminação, compreendidos como uma violação de direitos. O exercício ao respeito das diversidades é um desafio às sociedades que buscam caminhar para uma verdadeira

evolução, embasadas no respeito à dignidade da pessoa humana. Esse compromisso, ademais, é especialmente um exercício dos trabalhadores que incidem sobre o campo do social, dentre eles o assistente social que atua com as políticas públicas e sociais e que muitas vezes é requisitado a lidar com situações de violação de direitos em decorrência de orientações sexuais e identidades de gênero divergentes das aceitas como normal.

Entretanto, muitas vezes os profissionais reproduzem os padrões conservadores e heteronormativos presentes no contexto atual, disseminando preconceitos ao invés de possibilitar processos de fortalecimento e garantia de direitos. Tal postura remete às raízes da profissão, assentadas em perspectivas moralizantes e conservadoras, onde o Serviço Social se constituía como uma profissão subalterna e com uma prática basicamente instrumental, tendo por finalidade a execução terminal de políticas sociais com o objetivo de controlar manifestações populares e, conseqüentemente, a manutenção do capital (MONTAÑO, 2007). Além disso, posturas profissionais heteronormativas estão intimamente ligadas a uma concepção ideocultural de normalização de corpos e desejos, perigosa para uma atuação que preconiza a inexistência de postulações moralistas e preconceituosas.

A categoria profissional se distancia desta perspectiva através de diversos movimentos no interior da profissão de crítica da realidade e de sua instrumentalidade vinculada a um projeto societário que negava os interesses da maioria. “O Serviço Social brasileiro, a partir dos anos 80, registra um processo de ruptura de caráter teórico e prático-político com as heranças do passado” (IAMAMOTO, 2008, p. 235), construindo o seu projeto ético-político voltado para os interesses da população usuária e não da manutenção do capital.

O Serviço Social, mesmo tendo evoluído e se distanciado de sua gênese, não conseguiu romper completamente com a sua lógica funcional, uma vez que o conservadorismo profissional tem sido repostado e recriado sob novas roupagens (MONTAÑO, 2007). Deve-se, pelo contrário, romper com a lógica conservadora presente na arena da sociedade e muitas vezes nas intervenções profissionais. Torna-se fundamental perceber a conjuntura vivenciada pela população LGBT nas suas dimensões microssocial (relações familiares, de amizade e profissionais) e macrossocial (na esfera política e na luta pela conquista por direitos).

Compreender esta realidade torna-se fundamental para uma intervenção calcada nas diversas dimensões da competência profissional, na perspectiva da materialização do projeto ético-político profissional. Este conhecimento que deve ser articulado passa

desde a prática reflexiva do próprio profissional perante seus valores e formas de reprodução do mesmo na intervenção profissional como também nas mediações teóricas, o que possibilita ampliar o leque de conhecimentos que mediarão o seu trabalho profissional.

Neste sentido, a compreensão de terminologias, expressões, formas de percepção e debates em torno do tema contribuem na desconstrução de mitos criados através da perspectiva da heteronormatividade e auxilia na dimensão da instrumentalidade da profissão balizada em uma racionalidade substantiva, isso é, preocupada com as implicações dos meios e com o estabelecimento de finalidades em uma dimensão universalista (GUERRA, 2000). Torna-se fundamental conhecer a realidade de violações e de resistências da comunidade LGBT para que seja possível uma intervenção profissional em uma perspectiva emancipatória em vez de fundada em preconceitos oriundos de raízes conservadoras.

Para Chauí (1997) o preconceito é uma ideia anterior à formação de um conceito, uma ideia preconcebida, anterior, portanto, ao trabalho de concepção ou conceitualização realizado pelo sentimento. Assim sendo, no momento em que o profissional, através de uma leitura de conjunto, busca refletir criticamente o seu contexto, está ele realizando um importante movimento para desconstrução de seus preconceitos e, conseqüentemente, para a garantia de materialização de seu projeto ético-político no trabalho profissional. Novamente apoiamo-nos em Chauí (1997) ao dizer que conceito é a ideia que se forma a partir do momento em que questionamos as coisas, estabelecendo critérios para perguntas e respostas e para as formas de conferir as respostas que foram oferecidas, ou seja, é um exercício de pensamento; já o preconceito, ao contrário, é algo que não inclui o trabalho de pensamento, pois este organiza, reúne e sintetiza os dados imediatos da experiência.

É dessa forma que se assevera a potência e importância da busca pelas igualdades que permitam a todos os seres humanos os mesmos acessos e direitos, na perspectiva de que há determinantes no seio da singularidade e da particularidade de cada ser social que requisitam o conceito da equidade, mas, concomitantemente, reconhecem as diferenças, já que esses mesmos sujeitos se afirmam e se tornam visíveis por meio de suas especificidades. Deste modo,

um tal desenvolvimento permite o florescimento das diferenças e das peculiaridades constitutivas da individualidade social, porque a igualdade opõe-se à desigualdade, nunca à diferença; de fato, à diferença o que se opõe é a indiferença. Precisamente para que os indivíduos sociais se desenvolvam

explicitando as suas autênticas diferenças é que se torna imprescindível a igualdade social (NETTO, 2007, p. 138, grifos do autor).

Da mesma maneira, pensar as diferenças não significa, necessariamente, pensar as desigualdades, porque as diferenças podem significar diversidade, e não discriminações. Não é inerente à diversidade que ela seja fundada em desigualdade, embora o quadro atual demonstre o contrário. Isso porque, para uma sociedade que busca a homogeneização e a uniformidade cujos padrões de normalidade enquadram os sujeitos, não há espaço para o diverso. E o princípio da igualdade, nesse aspecto, deve admitir o convívio e o respeito das diferenças, não deixando que elas se imobilizem e se cristalizem pelas desigualdades (HEILBORN, 2005).

Os contextos de vulnerabilidade dos jovens LGBT nos mostram que a discriminação, o preconceito e a negligência/omissão praticados pelas políticas públicas de um modo geral contribuem para a produção de violência e o desafio em trabalhar com a diversidade sexual está, portanto, atrelado à luta por direitos iguais em uma sociedade que se alimenta das desigualdades sociais. Tais políticas devem elaborar suas propostas de ação observando as situações nas quais a vulnerabilidade social e a violação de direitos humanos são originadas por discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, primando também pelo reconhecimento dessas pessoas e das suas demandas sociais enquanto sujeitos de direitos e rompendo com as discriminações baseadas na sexualidade, no gênero e na idade e reforçadas pela desigualdade social. As propostas de ação devem compreender os processos geradores de exclusão e violência física, psicológica ou simbólica que atentem contra a integridade e a segurança da população LGBT. Uma proposta de transformação do pensar as políticas públicas para a juventude LGBT só é possível se aliada ao ideário ético dos direitos humanos, na perspectiva de possibilitar acesso a todas as pessoas. Além disso, o exercício do capitalismo contemporâneo não se concilia com a prática dos direitos humanos, pois enquanto para o primeiro o processo de exclusão é peça fundamental para seu próprio funcionamento, para o segundo o princípio da igualdade é fundamental para sanar qualquer tipo de processo de exclusão.

Somente com a construção de mediações teóricas e o conhecimento de realidade é que o assistente social poderá iniciar processos de eliminação de todas as formas de preconceitos, com todos os segmentos que vivenciam em seu cotidiano esta violação de direitos, mas especialmente com a população LGBT que vem vivenciando esta violação de forma escancarada no contexto social atual.

Referencias:

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

AGUINSKY, Beatriz Gershenson et al. A (in)visibilidade da juventude nas políticas públicas e nas relações sociais: a contribuição do teatro como estratégia metodológica no reconhecimento de sujeitos de direitos. In: **XI Salão de Iniciação Científica da PUCRS**, 2010, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

BRAZ, Marcelo. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: CRESS 7a. Região. **Assistente social: ética e direitos**. Rio de Janeiro: CRESS 7a. Região, 2005.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980. 47 p. (Coleção Primeiros Passos).

_____. Senso comum e transparência. In: LERNER, Julio (ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Brasília: CFESS, 1993. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL 10ª REGIÃO. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2009.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. A juventude no Brasil: questões e desafios. In: MATOS, Marlise; GOMES, Nilma Lino; DAYRELL, Juarez. (Orgs.). **Cidadania e a luta por direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais**. 1. ed. Belo Horizonte: DCP/FAFICH/UFMG, 2009, v. 5, p. 89-113.

ESTEVES, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Miriam; Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane; ESTEVES, Luiz Carlos (org). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. 1. ed. Brasília: UNESCO Brasil, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides. A categoria “excluídos”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 12, n. 3-4, 1992.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade no plural - o direito à diferença. **CLAM - Artigos e papers**, Rio de Janeiro: CLAM, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

INTERNACIONAL LESBIAN, GAY, BISSEXUAL, TRANS AND INTERSE ASSOCIATION. **Homofobia de Estado: un informe mundial sobre las leyes que criminalizan la actividad sexual con consentimiento entre personas adultas del mismo sexo - 2012**. Bruxelas. Disponível em: <<http://ilga.org/>>. Acesso em: 21 mai. 2012.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003 apud COSTA, Ricardo Cesar Rocha da. Usos e abusos da exclusão social como conceito explicativo das novas desigualdades: uma crítica marxista. CONGRESSO INTERNACIONAL KARL MARX, 2008, Portugal. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. p. 1-20.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTT, Luiz Roberto de Barros et al. **Epidemia do ódio**: 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html>>. Acesso em: 21 mai. 2012.

_____. **Sul e sudeste lideram ranking de homofobia no Brasil, aponta relatório**. Disponível em: <<http://www.ggb.org.br/sul%20e%20sudeste%20lideram%20ranking%20de%20homofobia%20no%20Brasil%202012%20GGB.html>>. Acesso em: 21 mai. 2012

NASCIMENTO, Diadorim Érico et. al. Crimes homofóbicos no Brasil: panorama e erradicação de assassinatos e violência contra GLBT, 2000-2007. In: **Seminário Assassinatos Praticados contra a População LGBT**, 2010, Brasília. Câmara dos Deputados, 2010.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA et. al. (orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Desigualdade, pobreza e Serviço Social. **Revista Em Paula**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007, p. 135-170.

POCAHY, Fernando Altair; NARDI, Henrique Caetano. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 1, O. 45-66, jan./abr. 2007.

SALES, Mione. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. 2004. 262f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 95, a. XXIX edição especial. São Paulo: Cortez, 2008.